

# A Leitura como Direito Humano: uma reflexão de como a leitura é indispensável à liberdade

Ana Lília Gonçalves Medeiros  
Sérgio Pizzot Rodrigues dos Santos  
Alexandre Maia do Bonfim

## ***READING AS A HUMAN RIGHT : A REFLECTION OF HOW READING IS ESSENTIAL TO FREEDOM***

### **RESUMO**

Este artigo trata da “leitura como um direito humano” e sobre os seus desafios. A reflexão é feita a partir do documentário, do diretor João Jardim, “Pro dia nascer feliz” (2006), especialmente a partir da história de Valéria Fagundes, entrevistada no filme. O estudo aborda a importância da leitura e os elementos que circunscrevem a garantia desse direito. Alcança a compreensão de como a leitura é indispensável para a leitura do mundo.

*Palavras-chave: Leitura e direitos humanos; Leitura e cidadania; Leitura de mundo; Leitura Libertária.*

### **ABSTRACT:**

This article deals with the “reading as a human right” and on its challenges. The reflection started from the documentary, by director João Jardim, “Pro dia nascer feliz” (2006), especially from the story of Valeria Fagundes, interviewed in the film. The study addresses the importance of reading and the elements that circumscribe the guarantee of this right. Intending to achieve an understanding of how the reading is essential for the reading of the world.

*Keywords: Reading and human rights; Reading and citizenship; world of reading; Libertarian reading.*

## INTRODUÇÃO

Leitura é uma prática de linguagem que propicia diversas possibilidades como aquisição de conhecimentos e prazer, por exemplo. Como todo hábito, o ato de ler precisa ser incentivado e propiciado por diversas situações e diversos responsáveis. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) a leitura é um “processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem, etc.”<sup>1</sup>

Todavia, algumas questões relacionadas à leitura ainda persistem, o que prejudica a formação de leitores. O acesso às condições que propiciam uma formação leitora de qualidade deveria ser garantido a todos, quando analisando-o na perspectiva dos direitos humanos, os quais definem uma série de direitos considerados necessários para todos, observa-se que ainda não é uma realidade, pois problemas relacionados à infraestrutura das escolas, de bibliotecas, ao ensino de leitura, por exemplo, ainda fazem parte da nossa realidade.

Por isso, com base na Declaração Universal dos Direitos humanos e autores como Candido (1995), Freire (2011), Vieira (2013), o presente artigo tem o objetivo refletir sobre a leitura e os direitos humanos, respondendo às seguintes questões: A leitura é um direito humano? O quanto é nos dias de hoje? E quais as maneiras de garanti-lo?

<sup>1</sup>BRASIL, 1998, p.69

## LEITURA E DIREITOS HUMANOS

No dia 10 de dezembro de 1948 foi adotada e proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, após esta data ficou firmado que todos os países membros das Organizações das Nações Unidas publicassem e divulgassem essa declaração, principalmente nas escolas e outras instituições educacionais, sem distinção de situações políticas ou econômicas dos países signatários. Essa declaração defende que todos os seres humanos são livres e iguais em dignidade e direitos, independentemente da origem, classe social ou qualquer outro fator.

Tal declaração firma como direitos a vida, liberdade de locomoção, alimentação, por exemplo. Esses direitos são considerados itens de necessidade básica para qualquer ser humano, entre esses se encontra a Educação. A respeito desta a Declaração afirma, no Artigo XXVI, que

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. (...) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ONU, 1948, p.14)

Esse artigo não só estabelece a importância do acesso gratuito como propõe objetivos para a Educação.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece o direito de acesso à Educação, porém é preciso refletir que há diversos aspectos relacionados a ela como espaço escolar, concepções pedagógicas, infraestrutura, formação de professores e a leitura, por exemplo, os quais se concretizam como direitos também. Além disso, pensando especificamente na leitura por que considerá-la um direito humano? “porque pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo.”<sup>2</sup>

Nessa mesma linha de raciocínio podemos ampliar o pensamento e afirmar a leitura também como um direito humano, imbricando leitura/literatura como fatores indispensáveis de humanização, no sentido que defende o mestre Antonio Candido. Se compreendermos a leitura como um direito humano que permite o exercício pleno da democracia, podemos dizer que se trata de um direito de cidadania. (PIÚBA, 2002, p.218)

Nesse sentido, compreendendo a leitura como um direito humano torna-se preciso estabelecer ações que fortaleçam e garantam esse direito de forma mais específica. Ao longo da história diversas iniciativas surgiram a fim de ampliar o acesso a leitura como a Associação de Leitura do Brasil, o PROLER e o PNLL.

<sup>2</sup> CANDIDO, 1995, p. 172

Todavia, “governos mostram que têm uma política efetiva para um setor quando criam marcos de legalidade e instrumentos gerenciais para sustentar investimentos suficientes para que aquele setor se desenvolva na escala necessária ao país.”<sup>3</sup>

Um exemplo disso é a lei número 10.753, de 30 de outubro de 2003, a qual promove a Política Nacional do Livro. Tal lei fortalece a leitura como um direito, pois estabelece um caminho legal para o Poder Executivo ofertar e elaborar projetos de incentivo à leitura e acesso ao livro. No seu Artigo 1º, dentre algumas diretrizes expressas, vale destacar as duas primeiras, as quais valorizam a leitura como um direito, por expressar que é necessário

I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro; II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida.

Dessa forma, essas duas diretrizes estabelecem relações diretas com os ideais da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde em seu Artigo XXVII promulga que “todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.”<sup>4</sup> Portanto, se o livro, através da leitura, difunde a cultura, o conhecimento, promove pesquisa, gera transformação social e oferta melhor qualidade de vida, logo, a leitura é uma prática que promove os ideais dos direitos humanos, é “fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade”<sup>5</sup>, portanto para melhor qualificá-la, deve ser tratada como um direito humano fundamental.

Três anos após a lei número 10.753/2003 foi instituído o Plano Nacional do Livro e leitura- PNLL, por meio da portaria Interministerial Nº 1.442, de 10 de agosto de 2006 pelos ministros da Cultura e da Educação. Cinco anos depois, em 2011, foi instituído o decreto Nº 7.559, firmado pela presidenta Dilma Rousseff, o qual dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura. São objetivos no PNLL

I - a democratização do acesso ao livro; II - a formação de mediadores para o incentivo à leitura; III - a valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico; e IV - o desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento da economia nacional.

Segundo esse decreto, o PNLL “consiste em estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no País”<sup>6</sup>. Alguns outros documentos oficiais a respeito do livro e do direito à leitura em outras esferas de governo como estadual e municipal, estão em fase de elaboração, ou já em ação como a lei nº 16.333, de 18 de Dezembro de 2015, da prefeitura de São Paulo, claramente baseado no PNLL. Todavia, o tratamento da leitura em caráter de programas ou

<sup>3</sup> NETO, 2010, p.16

<sup>4</sup> ONU, 1948, p. 10

<sup>5</sup> CANDIDO, 1995, p. 175

<sup>6</sup> BRASIL, 2011

projetos enfraquece as ações que visam garantir esse direito, além disso, há a demora em votar os projetos de leis existentes, um exemplo é o relacionado ao próprio PNLL. Políticas Públicas que incentivem a leitura deveriam ser tratadas como uma política de Estado e não de governo, pois “o limiar de qualquer política cultural e educacional é estabelecer o acesso aos bens e serviços como um direito básico do cidadão. Sendo assim, o direito à leitura não é um luxo...mas um direito histórico e cultural.”<sup>7</sup>

### ***PRO DIA NASCER FELIZ: REFLEXÃO SOBRE O DIREITO DA LEITURA***

Há diversas situações que poderiam ser fonte para reflexão a respeito da leitura como um direito. Por retratar a fala de adolescentes e profissionais de educação, seus desejos e angústias, foi escolhido o documentário Pro dia nascer feliz. Dirigido por João Jardim e lançado em 2006, o documentário acompanhou escolas localizadas nas regiões Nordeste e Sudeste, tanto em zonas periféricas como em bairros de classe alta. São diversas as situações abordadas, entre elas a relação que esses alunos, oriundos de realidades diferentes, têm com o espaço escolar e o que ali encontram, além dos problemas relacionados à infraestrutura, ao cansaço dos professores, entre outros. Tais experiências podem representar também as de muitos outros alunos e professores que precisam conviver com situações que tornam conflituosa a relação com a escola.

Dentre as diversas falas que não se limitam ao cotidiano desses alunos, mas retratam a realidade do sistema educacional brasileiro daremos destaque à aluna Valéria Fagundes. Ela está entre alguns entrevistados moradores de Manari, município de Pernambuco. O documentário apresenta a informação de que Manari foi destaque no relatório da Organização das Nações Unidas, por ter o pior Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, em 2006. Valéria retrata seu cotidiano como aluna, sua dificuldade de deslocamento até a escola, por exemplo, assim como os obstáculos que precisou transpor a fim de conseguir cursar o Ensino Médio.

<sup>7</sup> PIÚBA, 2010, p.218

## COMO A LEITURA TRANSFORMOU UMA VIDA: A HISTÓRIA DE VALÉRIA COM A LEITURA

No documentário, Valéria expõe seu prazer pela escrita e pela leitura, por meio de seus textos, os quais possibilitaram dialogar com a realidade de forma crítica. Um dos textos lidos por ela exemplifica isso

Eu poderia ser uma adolescente normal se não tivesse uma família formada por 11 pessoas. Eu deveria ter sido uma criança normal se não fosse as responsabilidades que eu cumpria.[...] Eu poderia reivindicar quando sou julgada injustamente, mas calo-me e a humildade prevalece. Eu deveria ter uma péssima impressão da vida se não fosse a paixão que eu tenho pelo viver. (PRO DIA, 2006)

Seus textos são uma expressão de sua “leitura de mundo”, Antonio Candido afirma que a “literatura confirma e nega, propõe e denúncia, apóia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas”<sup>8</sup>. A leitura possibilitou-lhe participar desse processo de denúncia, de diálogo com a realidade e a escrita foi a forma de expressar isso.

Em determinado momento de sua trajetória Valéria iniciou seu interesse pela leitura, a qual se tornou fundamental para a construção da sua visão de mundo e, por conseguinte para a intervenção em sua realidade, conhecendo o que não conhecia, tornando-se livre em sua forma de pensar e agir, mesmo com toda a precariedade ao seu redor. Isto fica evidente na fala da própria Valéria Fagundes:

Meu encontro com os livros e com a literatura aconteceu muito cedo, e acho que isso foi o que me salvou, eu não podia sair de Manari-PE, não sabia como era o mundo lá fora, mas os livros me apresentaram esse outro universo, isso foi ampliando minha visão de mundo e aumentando a minha vontade de sonhar e de chegar aonde eu quisesse chegar (ENTREVISTA, 2013)

Em uma entrevista cedida para esse artigo Valéria falou sobre sua relação com a escola, como iniciou o contato com a leitura e sua formação leitora. Desde cedo seu comportamento era questionador em relação à realidade de sua região, às aulas e ao conteúdo, o qual não se relacionava ao seu contexto. Por isso, era constantemente enviada para a diretoria como uma forma de castigo. Na tentativa de se ocupar durante o castigo iniciou o contato com a leitura por meio dos livros da sala da diretora, seu castigo afinal serviu apenas para fortalecer seus questionamentos.<sup>9</sup>

Apesar de Valéria ter tido acesso à leitura, ao livro, de ter desenvolvido o prazer em ler, reconhecer como a leitura interveio em sua trajetória, o acesso ao livro não era garantido porque nem sua escola, nem sua cidade possuíam bibliotecas, como afirma em sua entrevista. A respeito da escola como espaço de acesso

<sup>8</sup> CANDIDO, 1995, p. 175

<sup>9</sup> Dados da entrevista realizada com a Valéria Fagundes, no dia 21 de Março de 2016, em colaboração com este Artigo. A entrevista foi realizada por meio eletrônico, as perguntas foram elaboradas com o objetivo de compreender a sua relação com a leitura.

ao livro a 3ª edição da pesquisa Retratos da leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-Livro em 2011, mostra a escola e as bibliotecas escolares como os principais lugares onde o aluno acessa o livro. Segundo a pesquisa, 47% dos entrevistados entre 05 e 17 anos têm nesse espaço a oportunidade de acesso aos livros. Já os professores foram os mais citados como os maiores influenciadores do hábito da leitura, entre as diversas opções como: amigos, parentes, cônjuge, etc. Essa pesquisa traça o perfil do leitor brasileiro, de acordo com determinados critérios, avalia, por exemplo, os maiores influenciadores da leitura, espaço de acesso aos livros, qual a importância da leitura. O relato de Valéria exemplifica esses dados, evidenciando que apesar de não ser o único responsável é na escola que crianças e jovens têm o maior contato com a leitura.

Apesar da importância da escola no acesso ao livro os problemas nesse espaço ainda persistem e um deles é a ausência das bibliotecas escolares. Segundo o Censo da educação básica 2013, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2014), 43,9% das escolas públicas do Ensino Fundamental possuem bibliotecas ou sala de leitura, já no Ensino Médio, a porcentagem é de 87,7%. Comparando com o quantitativo da rede privada, a porcentagem é de 84,4% e 93,2%, respectivamente.

Esses números indicam que, no Brasil, a biblioteca está ausente para muitos alunos do ensino fundamental, numa fase da vida escolar em que o acesso e uso dos livros e de outros materiais informativos poderiam ter influência positiva no seu letramento. A biblioteca falta, principalmente, para alunos com mais dificuldade de acesso a esses recursos fora da escola, isto é, aqueles que frequentam a escola pública. Os indicadores melhoram em escolas particulares e também no nível médio. (CAMPELLO, 2015, p. 3)

Algo que poderia representar um avanço em relação a isso é a lei 12.244/10, a qual dispõe sobre a Universalização das bibliotecas nas instituições educacionais do país. Ela estabelece pontos importantes como o prazo de dez anos para que instituições de ensino públicas e privadas possuam bibliotecas, além da recomendação de “que seja respeitada a profissão de Bibliotecário”.<sup>10</sup> Esses pontos fazem parte de discussões sobre a importância de bibliotecas e de profissionais da área e o estabelecimento de tais medidas fortalece essa discussão. Todavia, os dados apresentados pelo Censo Educacional 2013, sobre as bibliotecas existentes nas escolas públicas, demonstram que medidas precisam ser tomadas pelo poder público a fim de concretizar os marcos legais estabelecidos a esse respeito, pois apesar do relato de Valéria ter ocorrido em período anterior a essas datas é possível observar que ainda são situações recorrentes.

Ainda nesse sentido, o eixo I do PNLL, o qual versa sobre a democratização de acesso ao livro, define como objetivo a “implantação de novas bibliotecas de acesso público, estaduais, municipais e escolares”.<sup>11</sup> Apesar da importância da escola na leitura, há a necessidade de se investir em bibliotecas públicas também.

<sup>10</sup> CAMPELLO, 2015, p.18

<sup>11</sup> BRASIL, 2014, p.27

## **A VALÉRIA CIDADÃ: COMO A LEITURA CONTRIBUIU PARA OBTER PERTENCIMENTO**

A partir dessas reflexões concluímos que a leitura é direito humano e que há formas de garanti-lo, porém isso envolve diversas ações que se complementam, pois nenhuma independe da outra ou mesmo é mais importante. A leitura na vida da Valéria foi a possibilidade de transformação, libertação, intervenção, sonhos, que amenizaram a dor da dura realidade do sertão, para Valéria Fagundes

A leitura foi a única coisa que me salvou da minha própria realidade, as vezes ser personagem real num cenário de seca e pobreza é muito triste. (...) Tudo que eu queria era me transportar para outros lugares, eu queria conhecer o mundo além daquele casulo que eu vivia e só pude fazer isso através dos livros (...) Então a leitura não transformou apenas a minha visão de mundo, mas possibilitou a transformação da realidade na qual eu vivia. (FAGUNDES, 2016)

O acesso de Valéria à leitura serviu como fonte de respostas às suas inquietações, ocorreu de forma não intencional, não foram pessoas ou a escola os responsáveis por isso. Todavia, compreender que a leitura é um direito de todos e que há vários responsáveis por garantir a efetivação desse direito faz-se necessário, pois não basta esperar que o contato e o hábito da leitura ocorram de forma natural, é preciso ações planejadas do poder público, espaço escolar e da família. Ações como investimento da infraestrutura do espaço escolar, valorização dos profissionais de educação, cumprimento de leis como a 12.244/10 e a conscientização da família sobre seu papel de incentivador da leitura são exemplos do que pode ser feito a fim de propiciar a formação de leitores o qual é tão importante para formar cidadãos conscientes do seu papel na sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As reflexões feitas a partir da experiência de Valéria como leitora fortalecem a importância da leitura, a qual se tornou resposta às suas questões e ao mesmo tempo fonte para novos questionamentos os quais se expressaram por meio da escrita. Essa experiência e obras como Freire (2011), Candido (1995), entre outros, serviram como fonte para analisar a leitura na perspectiva dos direitos humanos. A partir da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, 3ª edição, foi possível analisar que a escola é o principal espaço para o aluno acessar a leitura e o professor é o principal influenciador, porém isso não tem sido suficiente, pois esse papel não se resume à escola, há outros responsáveis como a família e o poder público. Apesar de já existirem ações que se configuram como um avanço, como a lei 12.244/10, por exemplo, apenas acessar o livro não basta. É preciso desenvolver trabalhos mais amplos que envolvam um conjunto de ações o qual abarca a valorização de professores, a mudança da visão que a escola e o poder público têm da leitura.

Há ainda outras questões que não puderam ser aprofundadas nesse trabalho. São elas, as outras ações para democratização da leitura, os trabalhos bem-sucedidos desenvolvidos por escolas que se empenham por formar leitores com qualidade, entre outras ações que fortalecem a efetivação do direito à leitura, assim como o sentido mais amplo que envolve formar leitores, como o acesso aos diversos suportes textuais, não apenas o livro, a alfabetização, o analfabetismo funcional, entre outros.

Portanto, a leitura pode ter diversos sentidos e motivações: prazer, obtenção de conhecimento, o caminho que salva vidas, como disse Valéria, dentre tantas outras possibilidades que o leitor puder criar. Porém, ainda há muito a ser feito a fim de fortalecer a visão da leitura como um direito e as formas de garanti-lo a todos.